



**CONTRATO Nº 52/2023**

**PROCESSO Nº 0682/2023**

**REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1154/2022 - PROCESSO Nº 2022 - S1CLC -  
NEGEP-SERP - PREGÃO Nº 476/2022 - GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO -  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

O **MUNICÍPIO DE IÚNA**, através da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 10.700.103/0001-18, com sede na Rua Prefeito Antônio Lacerda, nº 79, bairro Quilombo, Iúna/ES, cep: 29.390-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **DURVAL DIAS SANTIAGO JÚNIOR**, funcionário público, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 042.084.657-35 e RG n.º 8018306 SSP ES, residente e domiciliado na Rua Afonso Claudio, s/nº, Boa Esperança, Ibatiba/ES, cep: 29.395-000 e pelo Prefeito Municipal, Sr. **ROMÁRIO BATISTA VIEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF n.º 788.456.027-53 e RG n.º 599171 – SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Deputado João Rios, nº 65, Centro, Iúna/ES, cep: 29.390-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL MG**, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.729.178/0002-20, com sede na Rua Paulo Costa, nº 140, Jd. Piemonte, Betim/MG, cep: 32.669-712, telefone: (19)3522-5800, endereço eletrônico: [vendas@rioclarense.com.br](mailto:vendas@rioclarense.com.br), [empenhos@rioclarense.com.br](mailto:empenhos@rioclarense.com.br), [licita@roadgama.com.br](mailto:licita@roadgama.com.br), neste ato representado por **RAFAEL OLÍMPIO CASTANHEIRA**, portador do CPF n.º 324.367.598-71 e RG 35.348.360-6, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, resolvem assinar o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**01) CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:**

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS**.

**02) CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- 2.1. O valor global do presente Contrato é de R\$2.528,00 (dois mil, quinhentos e vinte e oito reais).
- 2.2. O (s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) dentro dos 30 (trinta) dias seguintes ao da apresentação à Prefeitura Municipal de Iúna de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 2.2.1. Como condição para realização do pagamento a contratada deverá emitir NFe (Nota Fiscal eletrônica), bem como prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho.



2.3. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) ao fornecedor para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.4. O Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.5. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, e serão contados da data de certificação/aceitação do objeto licitado, constante no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos mesmos.

2.6. Em caso de atraso no pagamento, a Contratada fará jus à percepção dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança desde o inadimplemento até o efetivo pagamento.

### **03) CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO:**

3.1. A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada por servidor previamente designado pela Administração, que anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e deverá atestar a execução do objeto, observadas as disposições deste contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento. O agente fiscalizador do contratante será o servidor Adriano de Oliveira Guedes, matrícula nº 303809, fiscalizando pela Secretaria Municipal de Saúde, nomeado por Portaria subscrita pelo Gabinete do Prefeito.

3.2. Cabe ao fornecedor permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção dos produtos e respectivos locais de armazenagem, caso haja, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

3.3. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por qualquer irregularidade.

### **04) CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

4.1. As despesas decorrentes deste certame correrão pela dotação orçamentária: 110002.1030300122.078.33903200000 – Ficha 053, desde já autorizado o empenho pelo Ordenador de Despesa.

### **05) CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

5.1. As condições de execução do objeto serão conforme informadas no anexo 1 deste termo.

5.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo.



5.3. A condição de eficácia do presente instrumento contratual se dará com a publicação, na forma prevista no artigo 26 *caput* da Lei 8.666/93.

**06) CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

6.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no edital e na Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520/2002 quais sejam:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço/fornecimento, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço/fornecimento ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- d) Multa 1% por dia sobre o valor total dos lotes arrematados pelos licitantes, limitado a 15%, pelo não cumprimento do prazo de assinatura do contrato, calculada pela fórmula:

$$M = 0,01 \times C \times D$$

Onde:

M = Valor da Multa,

C = Valor do contrato

D = Número de dias de atraso

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato no prazo de sete dias corridos, contados do recebimento da convocação;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.



6.2. Na aplicação das penalidades previstas neste termo, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

6.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **07) CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:**

7.1. A rescisão do contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, no que couber, com aplicação do artigo 80 da mesma Lei, se for o caso.

#### **08) CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:**

8.1. Constituem obrigações do Contratante:

8.1.1. Efetuar o Pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;

8.1.2. Designar servidor para acompanhar a execução deste contrato;

8.1.3. Gerenciar o contrato até o seu vencimento, acompanhando o cumprimento de todas suas cláusulas na íntegra.

8.2. Constituem obrigações do contratado:

8.2.1. Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos pela Licitação que procedeu ao contrato;

8.2.2. Utilizar, no fornecimento dos objetos contratados, pessoal que atenda aos requisitos de qualificação necessária ao exercício das atividades que lhe for confiada;

8.2.3. Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência ao Contratante, respondendo integralmente por sua omissão.

8.2.4. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pelo (a) contratado (a), seus empregados, ou prepostos ao Contratante, ou a terceiros.

8.2.5. Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.



8.2.6. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que procedeu ao contrato.

8.2.7. Comprometer-se a entregar os produtos na data acordada, constantes da autorização de fornecimento, emitida pela Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento.

#### **09) CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

9.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1. Unilateralmente pelo Contratante:

9.1.1.1. Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica dos seus objetivos;

9.1.1.2. Quando necessária a modificação contratual em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2. Por acordo entre as partes:

9.1.2.1. Quando necessária a modificação do regime de entrega dos produtos em face de verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

9.1.2.2. Quando necessária à modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente entrega dos produtos;

9.1.2.3. O Contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas contratações, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

9.1.2.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão à revisão destes para mais ou para menos conforme o caso;

9.1.2.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos do Contratado, o Contratante restabelecerá por aditamento o equilíbrio econômico financeiro inicial.

#### **10) CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

10.1. Não poderá o Contratado ceder ou subcontratar, parcial ou totalmente o objeto deste contrato.

10.2. Fica o Contratante isento de qualquer ação civil, criminal, trabalhista, ou qualquer outra relativa ao presente Contrato, ficando o Contratado responsável por tudo o que vier a ocorrer durante o período do Contrato.

10.3. O presente Contrato será publicado, em resumo, na Imprensa Oficial, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, correndo a despesa por conta do contratante.



10.4. Aplica-se à execução deste termo contratual, em especial aos casos omissos, a Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**11) CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:**

11.1. Elegem o Foro da Comarca de Iúna/ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seu efeito legal, após lido e achado conforme.

Este contrato é integrado dos seguintes anexos:

I – Anexo 1 – Preços contratados.

Iúna/ES, 27 de fevereiro de 2023.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Durval Dias Santiago Junior - Secretário Municipal de Saúde**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**

**Romário Batista Vieira - Prefeito**

**RAFAEL OLIMPIO**

**CASTANHEIRA:32436759871**

Assinado de forma digital por RAFAEL  
OLIMPIO CASTANHEIRA:32436759871  
Dados: 2023.02.28 12:09:27 -03'00'

**COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - FILIAL MG**

**Rafael Olimpio Castanheira / ou procurador legalmente habilitado**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**  
**SETOR DE CONTRATOS**

**ANEXO - CONTRATO Nº 000052-FMS/2023 - SEQUÊNCIA Nº000000823**

Origem	Pregão Eletrônico Nº 001154/2022		Processo	000682/2023			
Contrato	Contrato Nº 000052-FMS/2023						
Empresa	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA FILIAL MG						
CNPJ	CNPJ: 67.729.178/0002-20						
Endereço	RUA PAULO COSTA, 140 - JD PIEMONTE - BETIM - MG - CEP: 32669712						
Secretaria	00005 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
Local	00510 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Item	Lote	Especificação	Marca	UN	Quant	Unitário	Valor Total
001	001	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO/CONCENTRACAO1: PROMETAZINA CLORIDRATO 25MG forma farmaceutica: comprimido revestido; forma de apresentacao: comprimido revestido; via administracao: oral; unidade de fornecimento: comprimido revestido; validade nao inferior a 12 (doze) meses.	CRISTALIA	COMP	20000,00	0,1264	2.528,00
<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:</b>							<b>2.528,000</b>
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:</b>							<b>2.528,000</b>
<b>COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA FILIAL MG:</b>							<b>2.528,000</b>

Vitória (ES), quarta-feira, 01 de Março de 2023.

- Secretaria de Estado da Saúde  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Iúna  
 Contratado: Destra Distribuidora de Medicamentos Ltda  
 CNPJ nº 41.511.821/0001-70  
 Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos  
 Valor: R\$7.920,00  
 Vigência: 12 meses a partir desta publicação.  
 ID: 2022.500E0500019.02.0418

Romário Batista Vieira  
 Prefeito

Durval D S Junior  
 Secretário de Saúde

**Protocolo 1034579**

- Secretaria de Estado da Saúde  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Iúna  
 Contratado: Comercial Cirurgia Rioclarense Ltda - Filial MG  
 CNPJ nº 67.729.178/0002-20  
 Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos  
 Valor: R\$2.528,00  
 Vigência: 12 meses a partir desta publicação.  
 ID: 2022.500E0500019.02.0421

Romário Batista Vieira  
 Prefeito

Durval D S Junior  
 Secretário de Saúde

**Protocolo 1035178**

**EXTRATO**

Contrato nº 57/2023  
 Processo nº 0736/2023  
 Referente a ata de registro de preços nº 006/2023  
 - Processo nº 2022 - 28JWS - GEAF/NEGEP/MJ - Pregão nº 595/2022 - Governo do Estado do Espírito Santo - Secretaria de Estado da Saúde  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Iúna  
 Contratado: Costa Camargo Comércio de Produtos Hospitalares Ltda  
 CNPJ nº 36.325.157/0001-34  
 Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos  
 Valor: R\$12.735,00  
 Vigência: 12 meses a partir desta publicação.  
 ID: 2022.500E0500019.02.0448

Romário Batista Vieira  
 Prefeito

Durval D S Junior  
 Secretário de Saúde

**Protocolo 1034587**

**EXTRATO**

Contrato nº 61/2023  
 Processo nº 0683/2023  
 Referente a Ata de Registro de Preços nº 0875/2022  
 - Processo nº 2022 - N969D-NEGEP-SERP - Pregão nº 402/2022 - Governo do Estado do Espírito Santo - Secretaria de Estado da Saúde  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Iúna  
 Contratado: Inovamed Hospitalar Ltda  
 CNPJ nº 12.889.035/0001-02  
 Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos  
 Valor: R\$2.697,00  
 Vigência: 12 meses a partir desta publicação.  
 ID: 2022.500E0500019.02.0273

Romário Batista Vieira  
 Prefeito

Durval D S Junior  
 Secretário de Saúde

**Protocolo 1034622**

**EXTRATO**

Contrato nº 52/2023  
 Processo nº 0682/2023  
 Referente a ata de registro de preços nº 1154/2022  
 - Processo nº 2022 - S1CLC - NEGEP-SERP - Pregão nº 476/2022 - Governo do Estado do Espírito Santo

**Fundo Municipal de Saúde de Vila Valério**

O Fundo Municipal de Saúde de Vila Valério/ES celebrou o seguinte termo contratual:

**Contrato N.º 003/2023**

**Contratado:** MONARA RONCONI EPIFANI.

**Objeto:** locação de imóvel situado na Rua Antonio Barcelos, s/n, Bairro Vila Nova, Município de Vila Valério/ES a ser utilizada como Unidade Estratégia Saúde da Família-ESF, no município de Vila Valério/ES

**Valor:** R\$ 2.000,00 (Mensal)

**Vigência:** 31 de Dezembro de 2023

**Rubrica:** 300100.1030131122.097 Amparo Legal: Fundamento: Art. 24, X da Lei 8.666/93.

PROCESSO Nº 2865/2022

**Protocolo 1034695**

**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra**

**Mário Luiz da Silva Júnior**, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Conceição da Barra - **PREVICOB**, por designação na forma da lei, no uso de suas atribuições, torna-se público que foi expedido o ato abaixo descrito:

**PORTARIA Nº. 17 de 28/02/2023**

**Finalidade:** Art. 1º - Conceder o benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição / Especial a servidora Sra. **Rosilene Santa de Souza Santos**, matrícula 9833, efetiva no cargo de Professor I Nível Superior, Letra E - PI - NPGLS, lotada na Sec. Mun. de Educação, com proventos mensais integrais e paridade, com fulcro no Art. 14 c/c art. 16 da LC 065/2022 que rege a Previdência Municipal, c/c com o Art. 40, § 1º, inciso III, "a" da CF/88 com redação alterada pela E.C 103/2019, até posterior deliberação.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor a partir do dia **01/03/2023**, revogados as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

**Protocolo 1035518**